



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS VILHENA
CONSELHO ESCOLAR

Resolução nº 02/CONSELHO ESCOLAR/IFRO CÂMPUS VILHENA, de 29 de agosto de 2013.

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de Aconselhador em Dependência Química do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Câmpus Vilhena.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA CÂMPUS VILHENA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no D.O.U. de 30/12/2009, em conformidade com o disposto no Estatuto; considerando o Regimento Geral do IFRO, aprovado pela Resolução CONSUP/IFRO, de 21/06/2011 e o Processo nº. 23243.002073/2013-10,

RESOLVE:

Art. 1º: APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Formação Inicial e Continuada de Aconselhador em Dependência Química, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Câmpus Vilhena, anexo a esta Resolução.

Art. 2º: Esta Resolução entra em vigor nesta data.

RENATO DELMONICO
Diretor-Geral Substituto
Portaria nº 106 de 06/09/2012



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CAMPUS VILHENA
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO -
PRONATEC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA
ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Vilhena, abril/2013.

SUMÁRIO

1. DADOS INSTITUCIONAIS	3
1.1. DO IFRO.....	3
1.2. DAS PARCERIAS	3
1.3. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO	4
1.4. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO (CÂMPUS).....	4
1.4.1. Histórico da Unidade de Ensino	4
2. APRESENTAÇÃO	5
2.1. DADOS DO CURSO	5
2.1.1. Requisitos de Acesso ao Curso	5
2.1.2. Perfil Profissional do Egresso do Curso	5
2.2. JUSTIFICATIVA	6
2.3. OBJETIVOS.....	7
2.3.1. Objetivo Geral	7
2.3.2. Objetivos Específicos	7
2.4. CONCEPÇÃO CURRICULAR	8
2.4.1. METODOLOGIA	8
2.4.2. MATRIZ CURRICULAR	8
2.4.2.1. Plano de Disciplina.....	9
2.4.3. CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	21
2.4.4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	22
2.5. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	22
2.5.1 Instalações	22
2.5.2. Salas de aula.....	22
2.5.3. Laboratórios	22
2.5.4. Biblioteca	23
2.5.5. Estrutura Administrativa-financeira	23
2.5.6. Equipamentos	23
2.6. CERTIFICAÇÃO	23

1. DADOS INSTITUCIONAIS

1.1. DO IFRO

Nome do IF/Campus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Câmpus Vilhena

CNPJ do Campus: 10.817.343/0003-69

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Rod. 174, km 3, s/n

Cidade/UF: Vilhena- RO

CEP: 76.980-000

Telefone: (69) 2101-0700

E-mail: campusvilhena@ifro.edu.br

Site da Instituição: www.ifro.edu.br

Reitor: Écio Naves Duarte

Pró-Reitor de Extensão: Dauster Souza Pereira

Pró-Reitora de Ensino: Silvana Francescon Wandroski

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitor de Planejamento e Administração: Arijon Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Jackson Bezerra Nunes

Coordenadora Geral do Pronatec: Josélia Fontenele Batista Cabral

Diretora-Geral do Câmpus: Maria Fabíola Assumpção Santos

1.2. DAS PARCERIAS

Razão Social: -

Esfera Administrativa: -

Endereço: -

Cidade/UF: -

CEP: -

Telefone: -

Site: -

Responsável: -

E-mail do Responsável: -

1.3. DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Nome do Responsável Geral pela Elaboração do Projeto: Claudia Aparecida Prates

Campus onde está lotado: Câmpus Vilhena

Cargo/Função: Pedagoga/Supervisão

Matrícula SIAPE: 1813887

CPF: 351.004.192-53

Endereço: Rua 103-14nº4703

Cidade/UF: Vilhena - RO

CEP: 76.980-000

Telefone: (69) 2101-0734

Endereço Eletrônico (e-mail): claudia.prates@ifro.edu.br

Equipe Envolvida na Elaboração do Projeto:

Nome	Campus	Cargo/Função	E-mail
Maristela Milanski	Vilhena	Coordenadora Adjunta do Pronatec	maristela.milanski@ifro.edu.br
Silvia Brandão	Vilhena	Orientadora do Pronatec	silvia.brandao@ifro.edu.br
Claudia Aparecida Prates	Vilhena	Supervisora	claudia.prates@ifro.edu.br

1.4. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO (CÂMPUS)

1.4.1. Histórico da Unidade de Ensino

O Câmpus Vilhena foi instituído, primeiramente, como Unidade Descentralizada (UNED) da Escola Técnica Federal de Rondônia, criada pela Lei 11.534, de 25 de outubro de 2007, sob a Direção-Geral do professor Raimundo Vicente Jimenez. Em 22 de junho de 2008, foi realizada a primeira Audiência Pública sobre a implantação da UNED Vilhena, para consulta à comunidade sobre os cursos a serem ofertados.

Em 1º de outubro de 2008, foi realizada a segunda Audiência Pública. Apresentou-se o resultado da pesquisa realizada pela Comissão Especial para levantamento de dados socioeconômicos. A comunidade optou pelos cursos técnicos em Informática, Eletromecânica e Edificações, com oferta a partir de 2010. Nesta solenidade foi doada a área de 7,5 ha para a construção da UNED, por Arthur Fronzoni, situada às margens da BR 174, km 3. Em 29 de dezembro de 2008, com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, a partir da integração entre a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola

Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, a UNED Vilhena passou a ser denominada Câmpus Vilhena.

Em 20 de fevereiro de 2009, foi nomeada para Direção-Geral *Pro Tempore* do Câmpus Vilhena a professora Maria Fabíola Moraes da Assumpção Santos, por meio da Portaria 3, de 20/2/2009, baixada pelo Instituto Federal do Amazonas — o responsável inicial pela implantação do IFRO. No dia 22 de maio do mesmo ano, no auditório da Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), em Vilhena, houve a solenidade que marcou o início da construção do *Câmpus*. Nesta cerimônia foi apresentada à sociedade Vilhenense a maquete eletrônica da estrutura do prédio que seria construída e os cursos a serem ofertados.

O Câmpus Vilhena iniciou suas atividades pedagógicas em 30 de agosto de 2010, ofertando os cursos, eleitos pela comunidade, na modalidade subsequente ao Ensino Médio. Em 29 de dezembro de 2010, o Câmpus foi inaugurado oficialmente pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Brasília. Em 2011, os mesmos cursos passaram a ser oferecidos também na modalidade integrada ao Ensino Médio.

Atualmente, além dos cursos técnicos presenciais, o Câmpus oferta cursos na modalidade a distância, curso de Licenciatura em Matemática, Pós-Graduação, Formação Inicial e Continuada, bem como, realiza atividades de pesquisa e extensão.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. DADOS DO CURSO

Nome do Curso: Curso de Formação Inicial e Aconselhador em dependência Química

Eixo Tecnológico: Ambiente, saúde e segurança.

Modalidade: Formação Inicial e Continuada

Público-Alvo: Alunos do Ensino Médio da rede Pública de Ensino

Tempo de duração do curso: 4 meses

Turno da oferta: Noturno

Horário de Oferta do Curso: 18h30min às 22h45min

Carga horária total: 240 horas relógio

Número máximo de vagas do curso: 25

Número mínimo de vagas do curso: 25

Escolaridade mínima exigida: Ensino Médio Incompleto

2.1.1. Requisitos de acesso ao Curso:

O curso Aconselhador em Dependência Química na modalidade presencial, é destinado a estudantes/ou trabalhadores que tenham concluído o ensino fundamental, ou estejam cursando o ensino médio, este último conforme estabelece o Guia PRONATEC dos cursos FIC,

tem como demandante a Secretaria de Assistência Social – SEMAS, e o acesso ao curso será oferecido às pessoas que se enquadram com a legislação do PRONATEC. É de responsabilidade do demandante as pré-matrículas, cabendo ao ofertante, se necessário, junto ao demandante, a divulgação do curso, explicitando aos interessados quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas.

2.1.2. Perfil Profissional do Egresso do Curso:

O egresso do curso de ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA deverá ser capaz de atuar em programas e/ou serviços de recuperação e reinserção social de pessoas com transtornos decorrentes do uso de SPAs (substâncias psicoativas). Compor equipes multidisciplinares, nos programas de tratamento, com os demais profissionais da área da Saúde e de Serviço Social, em hospitais, clínicas, comunidades terapêuticas e ambulatórios, podendo atuar em empresas públicas e/ou privadas, em programas de prevenção ao uso de SPAs no trabalho. Prestar serviços sociais, orientando indivíduos com relação alterada com substância psicoativa, as respectivas famílias, escolas, comunidades e instituições e empresas públicas e/ou privadas, a respeito de questões de saúde em relação à dependência química.

2.2. JUSTIFICATIVA

No âmbito do IFRO – Câmpus Vilhena, a oferta do Curso FIC em Aconselhador em Dependência Química na modalidade presencial, foi concebida para responder à necessidade de formação de recursos humanos para o cuidado e o enfrentamento ao uso indevido de drogas, atendendo às demandas apontadas pelos profissionais envolvidos nesta problemática. O curso parte da necessidade do entendimento do fenômeno do consumo de drogas na contemporaneidade, a partir de vários pontos de vistas, contribuindo para uma análise mais profunda, numa perspectiva interdisciplinar. É imprescindível compreender este contexto para promoção de um enfrentamento eficaz.

Essa compreensão passa pela análise do contexto social contemporâneo, da percepção das drogas enquanto um sintoma social. É a partir da ênfase na perspectiva histórico-antropológica que se pretende tornar inteligível o alto índice de consumo de drogas nesses primeiros anos do século XXI.

Observa-se uma crescente preocupação por parte da sociedade como um todo com o indiscriminado uso de drogas. De fato, estudiosos apontam para uma verdadeira epidemia que envolve, especialmente, a população infanto-juvenil, mas a ela não se restringe. A intenção deste curso é realizar um estudo mais acurado desta realidade e apontar possibilidades de enfrentamento às drogas.

Nessa perspectiva, o IFRO – Câmpus Vilhena propõe a oferta do curso de formação inicial e continuada em Aconselhador em Dependência Química na modalidade presencial, por entender que contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando agentes para encaminhamento e triagem de dependentes químicos por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capazes de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento sócio econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

2.3. OBJETIVOS

2.3.1. Objetivo Geral

Capacitar pessoas interessadas na temática sobre o uso indevido de drogas, propiciando a aquisição e o aprofundamento de conhecimentos para desenvolver habilidades no planejamento, organização, supervisão e atuação nos diversos dispositivos direcionados ao acolhimento e tratamento de usuários de substâncias psicoativas.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Capacitar interessados que atuam ou que pretendam atuar no cuidado de pessoas que fazem o uso indevido de drogas.
- Procurar compreender o uso de drogas por parte do usuário não somente como um fator individual, mas também como sintoma social.
- Incentivar a capacidade de lidar com o trabalho interdisciplinar, numa perspectiva de abordagem integral da assistência à saúde.
- Sublinhar o esforço de reinserção social da atual política de saúde mental, bem como a rede de apoio necessária ao acolhimento e acompanhamento desta população.

2.4. CONCEPÇÃO CURRICULAR

2.4.1. METODOLOGIA

A organização curricular para o curso de Formação Inicial e Continuada/PRONATEC – ACONSELHADOR EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA está estruturada em caráter regular e presencial. Será oferecido de segunda à sexta-feira, das 18h30min às 22h45min, durante o prazo máximo de 4 meses.

A estrutura curricular está dividida em módulos (disciplinas) entre 15 a 75 horas aula de modo a fomentar o desenvolvimento de capacidades em ambientes de ensino que estimulem a

busca de soluções e favoreçam o aumento da autonomia para atingir os objetivos da aprendizagem.

As disciplinas de cada módulo representam importantes instrumentos de formação profissional e de inclusão social, pois permitem ao aluno o contato com a teoria e a prática do mundo do trabalho.

Do ponto de vista pedagógico, privilegia o aluno enquanto agente do processo da aprendizagem. Essa metodologia permite articular melhor o mercado de trabalho, a escola e a sociedade.

2.4.2. MATRIZ CURRICULAR

Componente Curricular	Carga Horária Relógio	Titulação Mínima Exigida para o Professor
Introdução à Dependência Química	20 horas	Graduação em Psicologia ou Psiquiatria
Noções de farmacologia aplicada à dependência química	15 horas	Graduação em Farmácia, Bioquímica ou Enfermagem
Psicologia aplicada à dependência Química	50 horas	Graduação em Psicologia ou Psiquiatria
Dependência Química e Família	15 horas	Graduação em Psicologia ou Assistência Social
Saúde Coletiva	20 horas	Graduação em Medicina, Enfermagem ou Assistência Social.
Saúde Mental	20 horas	Graduação em Psicologia ou Psiquiatria
Clínica e Tratamento das Dependências Químicas	60 horas	Graduação em Psicologia ou Psiquiatria
Ética no Aconselhamento do Dependente Químico	20 horas	Graduação em Psicologia
Acolhimento	20 horas	Graduação em Psicologia, Assistência Social, Pedagogia ou Psiquiatria
CARGA HORÁRIA TOTAL	240 horas/aula relógio	

O módulo aula será de 1 hora relógio.

2.4.2.1. Plano de Disciplina

COMPONENTE CURRICULAR: INTRODUÇÃO À DEPENDÊNCIA QUÍMICA

CARGA HORÁRIA: 20 horas
Objetivos: Conhecer os conceitos básicos sobre drogas, sua etiologia, classificação e principais efeitos no organismo; Discutir os aspectos antropológicos, históricos, sociais e culturais sobre o uso de drogas; Entender os padrões de consumo das drogas; Estudar sobre tolerância, dependência e síndrome de abstinência; Conhecer sobre fatores de risco e fatores de proteção; Discutir a política e legislação sobre drogas no Brasil.
Ementa: Conceitos básicos sobre drogas. Fundamentos antropológicos, históricos, sociais e culturais sobre o consumo de drogas. Classificação. Etiologia. Epidemiologia. Efeitos no organismo. Padrões de consumo. Tolerância e dependência. Síndrome de Abstinência. Política e legislação brasileira sobre drogas.
Referências Básicas
ALMEIDA, O.P.; DRACU, L. & LARANJEIRA, R.R. Manual de Psiquiatria. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 1996. Associação Psiquiátrica Americana. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais — DSM-IV (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. BALLONE, G. J.; Dependência Química. Disponível em: www.psiqweb.med.br, revisto em 2010. Acessado em: 02/04/2013. BUCHER, R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. Livreto Informativo sobre Drogas Psicotrópicas. São Paulo: UNIFESP, 2003. FIGUEIREDO, R. M. M. D. (Org.); Prevenção ao Abuso de Drogas em Ações de Saúde e Educação (uma abordagem sócio-cultural e de redução de danos). NEPAIDS, 2002. FILHO, A. N.; VALÉRIO, A. L. R. (Org.); Módulo para capacitação dos profissionais do projeto consultório de rua. Brasília: SENAD; Salvador: CETAD, 2010. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de Comportamento, CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. SENAD. A Prevenção do Uso de Drogas e a Terapia Comunitária. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas, 2006. _____. Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2008.
Referências Complementares
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. _____. Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.343 de

23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD e dá outras providências. Brasília: Senado, 2006.

_____. Decreto nº 6.117, de 22 de maio de 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Alcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com violência e criminalidade, e dá outras providências. Brasília: Senado, 2007.

_____. Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. Brasília: Senado, 2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/AIDS. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Portaria GM nº 816, de 30 de abril de 2002. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada a Usuários de Alcool e Outras Drogas, a ser desenvolvido de forma articulada pelo Ministério da Saúde e pelas Secretarias de Saúde dos estados, Distrito Federal e municípios. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. Portaria nº 2.197/GM, de 14 de outubro de 2004. Redefine e amplia a atenção integral para usuários de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CONAD – Conselho Nacional Antidrogas. Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Brasília: CONAD, 2005.

MELO, M. T. (Org.). Prevenção à dependência. 2. ed. Palmas : Editora UNITINS, 2011.

LABATE, B. C. (Org.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: NOÇÕES DE FARMACOLOGIA APLICADA À DEPENDÊNCIA QUÍMICA

CARGA HORÁRIA: 15 horas

Objetivos:

Conhecer os conteúdos básicos da farmacologia direcionados para a área de Dependência Química; transformar os conhecimentos do senso comum para uma

linguagem técnica da farmacologia;
Ementa: Sistema nervoso. Mecanismo neurobiológico das drogas. Tratamento farmacológico. Dependência Química. Funções Orgânica e Principais reações químicas envolvendo as funções orgânicas
Referências Básicas
ALLIGER, N. L. Química Orgânica. 2ªed. Editora Guanabara. S.A RJ. 1978. MAHAN, B. M.; ROLLIE J. M.; Química: um curso universitário; Editora Edgard Blucher, São Paulo, 2003. BUCHER, R. (org.) Prevenção ao uso indevido de drogas (v. 1 e 2). Brasília: UNB, 1989. SOLOMONS, T. W.; Química Orgânica 1, LTC Livros Técnicos e Científicos Editora S.A; 1996.
Referências Complementares
MASUR, J.; O que é toxicomania. São Paulo: Brasiliense, 1986. MASUR, J., CARLINI, E. A.; Drogas: subsídios para uma discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989. MASUR, J. e CARLINI, E. A."Cigarro, álcool, maconha, cocaína, heroína: qual a pior?" in: MASUR, J. e CARLINI, E. A., Drogas: subsídios para uma discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989. O'HARE, P.; "Redução de danos: alguns princípios e a ação prática" in: MESQUITA, F. e BASTOS, F. I. (org.). Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos. São Paulo: Hucitec, 1994. OLIEVENSTEIN, C.; A droga. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMPONENTE CURRICULAR: PSICOLOGIA APLICADA À DEPENDÊNCIA QUÍMICA
CARGA HORÁRIA: 50 horas
Objetivos: Compreender os aspectos subjetivos envolvidos na dependência química; estudar os modelos psicológicos explicativos; entender como se dá o processo saúde-doença e a dependência química; estudar sobre personalidade dependente e toxicomania; entender os critérios diagnósticos; compreender as especificidades do alcoolismo; discutir sobre sociedade de consumo e toxicomania; estudar sobre os fatores de risco e de proteção.
Ementa: Subjetividade e uso de drogas. O processo de saúde-doença e a dependência química. Drogadição e personalidade. Toxicomania. Usuário ou toxicômano. Sociedade de

consumo e toxicomania. Alcoolismo: causas, diagnóstico e consequências. Fatores de risco e de proteção. Modelos psicológicos explicativos: teoria comportamental, teoria cognitiva, aprendizagem social, abordagem sistêmica. Drogadição e adolescência.

Referências Básicas

- Associação Psiquiátrica Americana. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais — DSM-IV (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- AYRES, J. R. C. M. (2001). Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 6, pp. 63-72.
- BANDEIRA, R. A.; NICKEL, D. C. Dependência química e as características estruturantes da personalidade. FAE Centro Universitário | Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA: Programa de Apoio à Iniciação Científica - PAIC 2010-2011.
- BERGERET, J. Toxicomanias: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BETTS, J. A.; Sociedade de consumo e toxicomania – Consumir ou não ser. Em: Tóxico e Manias. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Nº 26, 2004.
- BUCHER, R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- CRPSP – Conselho Regional De Psicologia da 6ª Região (Org). Álcool e Outras Drogas. São Paulo: CRPSP, 2011.
- GIANESI, A. P. L. (2005). A toxicomania e o sujeito da psicanálise. *Psychê*, Ano IX, nº 15, São Paulo, pp. 125-138.
- Kessler, F. ET all (2003). Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, Suplemento I, Vol. 25, PP. 33-41.
- MANOEL, J. Alcoolismo Hoje. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de Comportamento, CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.
- PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. (2006).; Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia*, Vol. 11(3), PP.315-322.
- PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A (2009).; O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211.
- RANGÉ, B. P; MARLATT, G. A. (2008).; Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas. *Revista Brasileira de Psiquiatria*. Suplemento II, Vol. 30pp. 88-95
- RIBAS, V. R; et AL (2009). Personalidade do Dependente Químico. *NEUROBIOLOGIA*, 72 (3) jul./set., p. 65-73.

RIBEIRO, C. T. Usuário ou toxicômano? Um estudo psicanalítico sobre duas formas possíveis de relações com as drogas na contemporaneidade (2011). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Vol. 11, n. 2, pp. 633-647.

SCHENKER, M., & MINAYO, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10, p. 707-717.

Referências Complementares

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
_____. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MARTINS, N. A. S. Toxicomanias – sintoma na contemporaneidade: Paradoxo do gozo no encontro do objeto a com o objeto droga. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Rio de Janeiro, 2008.

NERY FILHO, A. Toxicomanias: incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador: EDUFBA: CETAD – Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, 2009.

NOGUEIRA, J. G. A importância da família na problemática da drogadição com adolescentes sob o olhar da análise do comportamento. Bebedouro: Fafibe, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: DEPENDÊNCIA QUÍMICA E FAMÍLIA

CARGA HORÁRIA: 15 horas

Objetivos:

Compreender a importância dos laços familiares e comunitários para a integração e o fortalecimento de programas sociais. Entender o impacto causado na família. Identificar as percepções da família sobre o dependente químico, a drogadição e o tratamento.

Ementa:

O papel da família. Co-dependência. Atuação da família no processo de recuperação. Tratamento familiar. Prevenção na Família. Abordagem sistêmica.

Referências Básicas

ARAGUÃO, A.T.M.; MILAGRES E.; FLIGIE N.B. Qualidade de vida e desesperança em familiares de dependentes químicos. *Psicologia – USF*. v.14, n.1, p. 117-123, jan/abr. 2009.

CARVALHO M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) et al. A família contemporânea em debate. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DRUMMOND, M., DRUMMOND FILHO, H. Drogas: a busca de respostas. São Paulo:

Loyola, 1998.

ORTH, A. P. S.; MOREÍ C. L. O. O. Funcionamento de famílias com membros dependentes de substâncias psicoativas. *Psicol. Argum.* 2008 out/dez., 26 (55), 293-303.

PRATTA E. M. M.; SANTOS M. A. Reflexões sobre as relações entre drogadição, adolescência e família: um estudo bibliográfico. *Estudos de Psicologia*, 2006, 11 (3), 315-322.

PENSO M. A. Drogadição: articulações entre a compreensão sistêmica e as possibilidades de tratamento dependente químico, Texto didático – Psicologia: Família e casamento em tempos de mudanças desafios e perspectivas. 1 (1), 2000.

Referências Complementares

MINAYO, M. C. S (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 8 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas; uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1): 299-306, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE COLETIVA

CARGA HORÁRIA: 20 horas

Objetivos:

Reconhecer e operar junto às necessidades e problemas de saúde dos grupos sociais; Refletir sobre a determinação social do processo saúde-doença; Conhecer o objeto da saúde coletiva: o processo saúde-doença no coletivo e a constituição de perfis epidemiológicos; Identificar os meios e instrumentos para a assimilação dos perfis epidemiológicos; Apreciar como ocorre a organização dos serviços de saúde no Brasil, o Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde, as repercussões das políticas de adaptação e as experiências de operacionalização dos SUS; Realizar ações de enfermagem em saúde coletiva sistematizando as mesmas.

Ementa:

História das Políticas de Saúde. SUS – Sistema Único de Saúde. Legislação. Saúde Coletiva. Níveis de atenção e prevenção à saúde. Modelos de atenção à saúde. Saúde da Família. Tendências e modelos em saúde coletiva. Políticas de saúde. Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde. Níveis progressivos de assistência à saúde.

Referências Básicas

ABRASCO. Revista ciência & saúde coletiva. Trimestral. Associação brasileira de editores científicos.

ALMEIDA, M.C.P.; ROCHA, S.M.M. (orgs). O trabalho de enfermagem. São Paulo: Cortez, 1997.

BERTOLLI FILHO, C. História da saúde pública no Brasil. 4. ed. São Paulo: Ética, 2001.

CAMPOS, W. S. Reforma da reforma: repensando a saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec.1997.

MINISTERIO DA SAÚDE. Política Nacional de Atenção Básica. Série Pactos pela Saúde. Volume 4 . Brasília. 2006. (www.saude.gov.br/dab).

TAMBELLINE A. T. & Câmara, V. M.; A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da Saúde Coletiva: Aspectos históricos, conceituais e metodológicos. Ciência e Saúde Coletiva 3(2): 47-59, abr/jun, 1998. (Disponível em www.scielo.br).

Referências Complementares

CONASS/Ministério da Saúde. Atenção Primária e Promoção da Saúde. Coleção Pro gestores, volume 8. Brasília, 2007. (www.conass.org.br).

HERZLICH, C.; Saúde e doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. Physis. Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v.14, n.2, p.383-394, jul-dez 2004. (Disponível em: www.scielo.br).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Assistência a Saúde. ABC do SUS: doutrinas e princípios. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência à Saúde, 1990.

CZERESNIA D.; FREITAS C. M. Promoção da Saúde, conceitos, reflexões, tendências. 1a.ed. Rio de Janeiro, Fio Cruz 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: SAÚDE MENTAL

CARGA HORÁRIA: 20 horas

Objetivos:

Conhecer os principais conceitos sobre saúde mental; estudar as funções psíquicas; desenvolver noções gerais sobre os principais transtornos mentais; compreender a relação entre saúde mental e dependência química; conhecer as principais comorbidades psiquiátricas associadas à dependência química; estudar a história da loucura e da reforma psiquiátrica; discutir a legislação e a política de assistência em saúde mental.

Ementa:

Conceitos básicos: saúde mental, doença mental, deficiência mental, psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Diferenças entre psiquiatria, psicologia e psicanálise. Mecanismos de defesa. Funções psíquicas. Principais transtornos mentais. A história da

loucura. Reforma Psiquiátrica. Legislação em Saúde Mental. Políticas de Atenção e Reinserção Social em Saúde Mental. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial.

Referências Básicas

Associação Psiquiátrica Americana. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais — DSM-IV (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ALMEIDA, O.P.; Dractu, L. & LARANJEIRA, R.R. Manual de Psiquiatria. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan, 1996.

ALMEIDA FILHO, N.; COELHO, M. T. A. (1999.) O conceito de saúde mental. *REVISTA USP*, N.43, pp. 100-125.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2000.

OLIVEIRA, W.F. (2012). Reforma psiquiátrica e atenção psicossocial: contextualização sócio histórica, desafios e perspectivas. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, Vol. 4, N. 9, pp. 52-71.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de Comportamento, CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

SPRICIGO, J. S.; TAGLIARI, L. V.; OLIVEIRA, W. F. Saúde mental e dependência química.

Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

Referências Complementares

AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 6, 63-72, 2001.

DEVERA, D.; COSTA-ROSA, A. (2007). Marcos históricos da reforma psiquiátrica brasileira: Transformações na legislação, na ideologia e na práxis. *Revista de Psicologia da UNESP*, Vol. 6(1), pp. 60-79.

HEIDRICH, A. V. Reforma psiquiátrica à brasileira: análise sob a perspectiva da desinstitucionalização. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC-RS, 2007.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. O Processo Saúde-Doença e a Dependência Química: Interfaces e Evolução. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2009, Vol. 25 n. 2, pp. 203-211.

SANTOS, K. Y. P.; YASUI, S.; DIONÍSIO, G. H. (2012). O sujeito-comprimido. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis, Vol. 4, N. 9, pp. 103-112.

COMPONENTE CURRICULAR: CLÍNICA E TRATAMENTO DAS DEPENDÊNCIAS QUÍMICAS
CARGA HORÁRIA: 60 horas
Objetivos: Conhecer as diversas abordagens psicológicas voltadas para o tratamento da dependência química; entender o processo de reabilitação psicossocial; conhecer a política de assistência a dependentes químicos; discutir sobre a internação compulsória; compreender a política de redução de danos; estudar a atuação dos movimentos sociais e grupos de apoio voltados à terapêutica da dependência química.
Ementa: Abordagens e terapias psicológicas. Psicoterapias Cognitiva e Cognitiva-comportamental. Psicoterapia de grupo. Psicoterapia Familiar Sistêmica. Psicoterapia Psicanalítica. Reabilitação Psicossocial. Atendimento aos dependentes de álcool e drogas no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e no CAPS AD - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Plano Terapêutico Individual – PTI. Serviços de acolhimento. Comunidades terapêuticas. Internação Compulsória. Política de Redução de Danos. Tratamento ambulatorial e hospitalar. Movimentos sociais e grupos de apoio.
Referências Básicas
Associação Psiquiátrica Americana (2000). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais — DSM-IV (4ª ed.) (D. Batista, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. BERGERET, J. Toxicomanias: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. BORDIN, S.; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. Aconselhamento em dependência química. São Paulo: Roca; 2004. BUCHER, R. Drogas e drogadição no Brasil. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. COELHO, C.; PÉREZ-RAMOS, A. M. Q. (2008). Abstinência e a redução de danos no processo de recuperação dos dependentes de substâncias psicoativas. <i>Boletim Academia Paulista de Psicologia</i> - Ano XXVIII, nº 01/08: 79-86. EDWARDS, G. & DARE, C. (Orgs.). Psicoterapia e tratamento de adições. Porto Alegre: Artes Médicas. MACRAE, E.; GORGULHO, M. (2003). Redução de danos e tratamento de substituição. <i>Jornal Brasileiro de Psiquiatria</i>, Vol. 52, pp. 371-374. MARLATT, A. & GORDON, J. (1993). Prevenção da recaída: estratégia e manutenção no tratamento de comportamentos aditivos. Porto Alegre: Artes Médicas. MILLER, W. R. & ROLLNICK, S. (2001). Entrevista motivacional: preparando as pessoas

para a mudança de comportamentos aditivos. Porto Alegre: Artmed Editora.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de Comportamento, CID-10. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

SANTOS, M. A. (2007). Psicoterapia psicanalítica: aplicações no tratamento de pacientes com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. *Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas*, Vol. 3, N. 1, Art. 5, pp. 1-15.

SEIBEL, S.D. & TOSCANO, A.J. Dependência de drogas. São Paulo: Atheneu, 2001.

Referências Complementares

BRASIL. Conselho Nacional Antidrogas (CONAD). Política Nacional Sobre Drogas.

Resolução nº. 03 de outubro de 2005.

_____. Ministério da Saúde. Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas. Brasília. 2004.

BRASIL, C. S. A perspectiva de redução de danos com usuários de drogas: um olhar sobre os modos éticos de existência. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul – Mestrado em Psicologia Social e Institucional, 2003.

SILVEIRA, D. X; MOREIRA, F. G. (Org.). Panorama atual de drogas e dependência. São Paulo: Atheneu, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: ÉTICA NO ACONSELHAMENTO DO DEPENDENTE QUÍMICO

CARGA HORÁRIA: 20 horas

Objetivos:

Entender os pressupostos da ética profissional no atendimento a dependentes químicos; conhecer a Política Nacional de Humanização; compreender os principais conceitos implicados no processo de aconselhamento; entender como se dá o trabalho em equipe multidisciplinar.

Ementa:

Ética profissional. Acolhimento – Política Nacional de Humanização. Empatia. Comunicação terapêutica. Escuta ativa. Relação aconselhador-paciente. Intervenção em crise. Trabalho em equipe multidisciplinar.

Referências Básicas

BERGERET, J. Toxicomanias: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BERTACHINI, L. (2012). A comunicação terapêutica como fator de humanização da Atenção Primária. *O mundo da saúde*, São Paulo, 36 (3), pp. 507-520.

BORDIN, S.; FIGLIE, N. B.; LARANJEIRA, R. Aconselhamento em dependência química. São Paulo: Roca; 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FRANCISCHINI, A. C.; MOURA, S. D. R. P.; CHINELLATO, M. (2008). A importância do trabalho em equipe no programa saúde da família. *Investigação*, Vol. 8, N. 1-3, pp. 25-32.

MIRANDA, C. S. N., FREIRE, J. C. A comunicação terapêutica na abordagem centrada na pessoa. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 64 (1): 78-94.

PEDUZZI, M. (2001). Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. *Revista Saúde Pública*, 35(1):103-9.

PIMENTEL, P. K. A. (2009).; Algumas considerações sobre o uso da empatia em casos e situações limite. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, Vol. 21, N. 2, pp. 301-314.

SANTOS, C. B. (2004).; Abordagem centrada na pessoa – relação terapêutica e o processo de mudança. *Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca*. Comunicação apresentada no Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca.

Referências Complementares

ARCHANJO, J. V. L.; Política Nacional de Humanização: reafirmando os princípios do SUS. Dissertação de mestrado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo – Mestrado em Psicologia Institucional, 2010.

PASCHE, D. F.; PASSOS, E.; HENNINGTON, E. A. (2011).; Cinco anos da Política Nacional de Humanização: trajetória de uma política pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16 (11): 4541-4548.

COMPONENTE CURRICULAR: ACOLHIMENTO

CARGA HORÁRIA: 20 horas

Objetivos:

- Acolher, promover a interação do aluno;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;

- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

Ementa:

Considerando que o PRONATEC beneficiará um público específico, faz-se necessária uma abordagem adaptada sobre temas que contribuirão para o reconhecimento do aluno como sujeito, aumento da auto-estima, formação cidadã. Deste modo, propõe-se a inserção dos seguintes Temas Geradores:

- Relações Interpessoais e Valores Humanos
 - o Auto-estima
 - o Relações humanas
- Direitos e Deveres do Cidadão e Consciência Cidadã
- Geração de Renda e Inserção no Mundo do Trabalho:
 - o Empreendedorismo;
 - o Cooperativismo e Economia Solidária
 - o Emprego Formal
- Sustentabilidade:
 - o Saúde e meio ambiente
 - o Comportamento Sustentável
 - o Consumo, mídia e tecnologia
 - o Sexualidade

Referências Básicas

BROTTO, Fábio Otuzi Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência, Santos, SP : Projeto Cooperação, 2001.

FREIRE, Paulo Pedagogia da tolerância, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA, M; LANNES, L Os Jogos Cooperativos e a construção de Valores Positivos para nossa Sociedade. In Revista Jogos Cooperativos. Nº02 – Ano II, Out/Nov.2002.

MARTINS, Lúcia A.R. [et al.] Inclusão: compartilhando saberes – 4ªed. Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

Referências Complementares

LARANJEIRAS, Priscila Rodrigues Aguiar Quebra-gelos, atividades e dinâmicas especiais – Para todas as ocasiões – Curitiba: A.D. Santos Editora 2011.

MACEDO, Lino de. PETTY, Ana Lucia S.Passos, NORIMAR C. Os Jogos e o Lúdico na

Aprendizagem Escolar Porto Alegre: Atmed 2005.

PENIN, Sonia Profissão docente: pontos e contrapontos, São Paulo: Summus, 2009.

2.4.3. CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

No caso da Formação Inicial e Continuada, serão implementados processos de reconhecimento dos conhecimentos e saberes profissionais dos trabalhadores matriculados no curso, independente da forma como foram adquiridos, com a finalidade de aproveitamento e continuidade dos estudos, conforme previsto nos termos do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.

Os critérios referem-se aos conhecimentos construídos pelos alunos em sua prática de trabalho. Para isso serão realizadas provas teóricas e práticas onde os alunos devem demonstrar domínio das etapas que compreendem o curso, com a finalidade de inseri-lo num itinerário formativo desenvolvido pela orientação e professor da disciplina.

2.4.4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação será parte integrante do processo ensino/aprendizagem. O processo avaliativo do curso visa à concretização de informações, análise e interpretação da ação educativa, bem como a própria ação em si, nas atividades cognitivas e técnicas.

Requer preparo técnico e observação dos profissionais envolvidos, numa dinâmica interativa, ao longo de todo o ano, visando a participação e produtividade de cada aluno. O processo avaliativo compreende a obtenção de informações, análise e interpretação da ação educativa, visando o aprimoramento dos trabalhos. Todos os educandos da FIC devem ser avaliados em momentos individuais e coletivos, bem como a própria ação em si, nas atividades cognitivas e técnicas. Os critérios estarão pautados nos principais conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, presentes na proposta curricular.

O educando do curso terá o seu desempenho avaliado ao longo da programação, mediante a sua frequência e realização das atividades propostas pelos docentes de cada disciplina. Serão utilizados os seguintes instrumentais de avaliação: observação individual, em grupo e resultados obtidos em atividades práticas de modo que o aluno obtenha frequência igual ou superior a 75%.

2.5. DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

2.5.1 Instalações

O curso acontecerá nas dependências do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA – Câmpus Vilhena que contém: Cantina, biblioteca; secretaria; sala da coordenação; sala dos professores; salas de aula; banheiros masculino e feminino; depósito de materiais; laboratório.

2.5.2. Salas de aula

Para sua realização o curso necessitará de 01 sala de aula com 40 cadeiras, quadro, pincel, apagador, mesa e cadeira para professor.

2.5.3. Laboratórios

Serão utilizados laboratórios de informática e atividades de campo que se não ofertadas no local da aula teórica, poderá ocorrer em local que ofereça as condições, necessitando de transporte.

2.5.4. Biblioteca

O uso da biblioteca do Câmpus se fará nos momentos em que for necessário realizar pesquisas, de livre autonomia ou de acordo com o planejamento de cada professor. Poderão ser feitos ainda, estudos individuais fora do horário das aulas, proporcionando ao aluno um ambiente de estudo que muito contribuirá para o melhor entendimento da teoria e das aulas e melhor desempenho da prática. A biblioteca oferecerá literaturas básicas ou correlatas e/ou computadores interligados a internet que favoreçam a pesquisa.

2.5.5. Estrutura Administrativa-financeira

- 1 Coordenador adjunto que ficará responsável por coordenar todas as atividades referentes ao curso;
- 1 Supervisor que ficará responsável em acompanhar o ensino e a aprendizagem dos alunos;
- 1 orientador que acompanhará a frequência dos alunos e proporcionará a integração entre alunos e professores;
- 1 Auxiliar administrativo para organizar a documentação do aluno, como ficha de matrícula, documentação, histórico escolar e cadastramento do aluno no sistema da Instituição;

2.5.6. Equipamentos

- 20 Computadores (desktop)
- 20 Mesas p/ computadores
- 40 Cadeiras
- 1 Quadro Branco
- 2 Ar Condicionado (ajudar a dissipar o calor dos equipamentos e climatizar o ambiente)
- 1 Datashow
- 1 Notebook

2.6. CERTIFICAÇÃO

A certificação ocorrerá por conta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Vilhena-RO, 29 de agosto de 2013.

RENATO DELMONICO
Presidente do Conselho Escolar
IFRO Câmpus Vilhena